



Projeto Conexão Local 2008

CONSÓRCIO QUIRIRI E LAMBARI

Alunos

Fernanda Miranda da Cruz
Giovanna Siracusa

Tutor

Paulo Cesar Vaz Guimarães

Sumário

Introdução	3
Consórcio Quiriri.....	3
Consórcio Lambari.....	10
Estrutura Organizacional	11
Resíduos Sólidos.....	12
Esgotos Urbanos.....	13
Dejetos Suínos.....	13
Gerenciamento da Bacia Hidrográfica.....	14
Educação e Conscientização Ambiental.....	15
Conclusão.....	17
Análise Comparativa	18
Anexos	19

Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar as experiências vividas na visita aos projetos de gestão ambiental selecionados pelo Projeto Conexão Local: o Consórcio Quiriri, com sede em São Bento do Sul, e o Consórcio Lambari, sediado em Concórdia - ambos no Estado de Santa Catarina.

Por meio deste relatório serão descritas as atividades de gestão ambiental participativa realizadas pelo Consórcio Quiriri e pelo Consórcio Lambari, bem como uma análise comparativa acerca de ambas as iniciativas.

Consórcio Quiriri

O Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto do Rio Negro Catarinense, mais conhecido por Consórcio Ambiental do Quiriri, foi criado em 1997. Iniciado por integrantes dos departamentos de meio ambiente das cidades catarinenses de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, a idéia tomou forma após os funcionários dos três municípios participarem do “Curso de capacitação metodológica de planejamento ambiental participativo de bacias hidrográficas”, ministrado na Universidade Federal de Santa Catarina pelo professor chileno Pedro Hidalgo. A necessidade se deu após constatarem a importância de um planejamento ambiental unificado nos três municípios, pois acreditavam que um consórcio intermunicipal potencializaria a capacidade de ação em questões ambientais relevantes em toda região. No ano de 2000, Corupá passou a integrar a iniciativa.

A região do Quiriri se caracteriza por uma grande beleza natural, composta por matas, serras e florestas tanto tropicais quanto de araucárias. O nome Quiriri significa em Tupi-Guarani silêncio noturno e é o nome dado a serra onde nasce o Rio Negro. O turismo é uma atividade econômica bastante desenvolvida na região e a origem alemã e polonesa é celebrada na arquitetura, na culinária e nas festas locais. Apesar de haver características em comum, os municípios integrantes do Consórcio se encontram em contextos políticos e econômicos próprios.

São Bento do Sul é a maior cidade dos quatro municípios do Consórcio e possui uma economia bastante industrializada com base no setor moveleiro, o qual contribuiu para o forte crescimento nas últimas décadas (25.000 habitantes em 1973 para 72.548 em 2007). Entretanto, esta mesma indústria moveleira que gerou tanto crescimento passa por um momento de crise dada a queda do dólar, pois a produção é destinada ao mercado externo, e já faliram várias grandes empresas.

Rio Negrinho, a segunda maior cidade com uma população de 42.237, segundo o IBGE, também deve muito à indústria moveleira. A economia local gira em torno da cultura de pinus e mais recentemente de eucalipto, além da indústria moveleira.

Politicamente, a situação se encontra bastante instável: a cidade teve 5 prefeitos em um ano! O primeiro prefeito possuía uma rádio, onde fazia propaganda de si mesmo, e teve seu mandato cassado pelo promotor. Outro prefeito, um antigo sargento, faleceu em um acidente. Àquele que possuía a rádio conseguiu retornar ao poder após alguns anos e neste interim outros passaram pelo cargo de prefeito.

Também contribui para a fragilidade política a alternância de promotores. O último promotor que passou pela cidade foi bastante ativo: ele quis recompor a mata ciliar, a beira do rio, pois esta é totalmente ocupada. No entanto este projeto é difícil de se implementar, pois há o problema social criado pela retirada das famílias, o que até agora retardou o processo como um todo. Como consequência, Rio Negrinho permanece com um grave problema de transbordamento afetando a população urbana, visto que ocasionalmente grande parte do perímetro urbano fica alagado devido ao excesso de chuvas.

Em Campo Alegre a economia local se baseia na agricultura. Apesar de pequena - há somente 11.391 habitantes -, a cidade possui duas pequenas Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Houve alguns problemas políticos que afastaram a cidade do Consórcio do Quiriri. O último prefeito apoiou a indústria cerâmica Porto Bello que quis se instalar no local para extrair caulim, mas este empreendimento seria prejudicial para a água. O Consórcio conseguiu impedir tal projeto através de uma mobilização popular cujos envolvidos majoritários eram os grupos de trabalho, que são os órgãos executores das políticas do Consórcio em cada município, os quais foram atuantes na audiência pública que vetou o empreendimento.

O prefeito atual, apesar de desejar dar continuidade à agenda ambiental, possui poucas pessoas disponíveis em relação à quantidade necessária para a realização das atividades.

A última cidade incorporada ao Consórcio, Corupá, tem 12.758 habitantes e é caracterizada pelo extenso plantio de bananas - é considerada a capital catarinense da banana - e pela produção de plantas ornamentais. Recentemente o município cogitou sair do Consórcio, pois o poder público local não identificava as contribuições do Consórcio. Acredita-se que este posicionamento se relaciona com o fato do prefeito da cidade cultivar bananas, já que esta atividade agrícola apresenta forte relação com o desmatamento da floresta nativa não é de estranhar a falta de interesse em uma política ambiental.

Quanto ao trabalho do Consórcio, este começou atuando nas questões mais graves do ponto de vista ambiental: tratamento de resíduos e zoneamento de áreas de preservação, além de agir na educação ambiental. No decorrer dos anos, suas atividades foram se expandindo e agregaram outras áreas de interesse: conservação de mananciais e rios e parceria com apicultores em Campo Alegre. Desde o início, um princípio norteador da participação do Consórcio nos projetos foi a procura pela independência das iniciativas, buscando fornecer todas as ferramentas e capacitação necessárias para os futuros.

Estrutura Organizacional

O Consórcio constitui-se sobre forma jurídica de Associação Civil para fins não econômicos e está formalmente autorizado pelas respectivas câmaras municipais. Quanto a sua organização interna, esta sofreu algumas modificações ao longo dos anos (o atual organograma encontra-se anexo) O que era o maior órgão decisório, o Conselho de Prefeitos, hoje é denominado Assembléia Geral, e é presidido por um dos prefeitos dos quatro municípios. A Assembléia Geral é convocada de acordo com a necessidade pela Secretaria Executiva do Consórcio ou pelos próprios prefeitos. Anteriormente, a periodicidade das reuniões era maior pois o Magno Bollman (idealizador do Consórcio) os reunia. Devido às eleições municipais, a presidência ficou vaga, o que exigiu a nomeação de um interino. Como na reunião para tal apenas dois prefeitos estavam presentes, o presidente escolhido foi o próprio Mauro Bacsfalusi, atual gestor do Consórcio. A comunidade, apesar de ser convidada em ocasiões de interesse, não comparece nas reuniões, até porque não há espaço físico que permita uma grande reunião aberta para interessados.

No organograma encontram-se também os Conselhos Municipais do Meio Ambiente dos municípios (COMDEMAS). Estes possuem poder deliberativo na prefeitura e assessoram o Consórcio. Em São Bento do Sul era composto por vereadores.

O Conselho Fiscal existe mas não é ativo. É composto por dois vereadores de cada município para quem são enviadas cartas com os demonstrativos financeiros ao final de cada ano. Jamais houve alguma resposta quanto ao envio destes documentos.

A antiga Coordenação Executiva, que hoje é chamada de Secretaria Executiva, é ocupada pelo gestor do Consórcio Mauro Bacsfalusi, e este é assessorado por Cleusa Nalu Tascheck. Nas decisões menores, é o próprio Mauro que as

toma e só comunica ao Presidente da Assembléia Geral. As decisões de grande porte são levadas à Assembléia Geral.

O Conselho da Sociedade Civil, que deveria ser composto pelas câmaras urbanas e rurais, na verdade nunca existiu, mas é simbolicamente representado pelo próprio Mauro. Na prática a sociedade civil está bem afastada do Consórcio, embora as pessoas saibam da existência do mesmo e participem nos projetos ambientais (coleta seletiva, educação ambiental, etc.). Uma explicação talvez seja o fato de não possuírem voz ativa na gestão, já que não se verifica a sua presença na estrutura organizacional.

As câmaras técnicas são criadas por necessidade dos projetos. Para cada projeto são chamados técnicos de todos os municípios para compor a câmara. Atualmente há uma câmara para a questão das APAs, outra que trata da coleta seletiva e será instalada uma para o projeto de óleo vegetal.

Vale ressaltar que, como se tratam de municípios pequenos são as mesmas pessoas que atuam em diversos órgãos e cargos, seja no conselho, no executivo ou na câmara técnica, o que implica na falta de burocratização da estrutura formal e, possivelmente, na centralização das atividades.

Cooperativa de Catadores de Material Reciclável

O Consórcio teve um papel fundamental na formação da Cooperativa, bem como na promoção da coleta seletiva e conscientização da população, implementando, por exemplo, o projeto piloto de reciclagem em São Bento do Sul, no bairro de Serra Alta. Ao longo dos anos este projeto adquiriu independência em relação ao Consórcio e, atualmente, o Consórcio Quiriri tem apenas uma função de suporte, auxiliando com o trabalho de panfletagem e educação ambiental.

Administrada por Deise Wengler, a cooperativa hoje conta com 38 cooperados, sendo 25 ativos, com idades variando entre 18 a 65 anos. No momento, a Cooperativa atua conjuntamente à concessionária de coleta de lixo, Transresíduos. A empresa curitibana realiza a coleta seletiva em três municípios: São Bento do Sul, Campo Alegre e Piên, e leva o material para o galpão da Cooperativa. Nesta os cooperados fazem triagem na esteira separando o material reciclável. Destaca-se que os municípios ligados ao Consórcio separam o lixo reciclável satisfatoriamente, enquanto em Piên a separação não é feita de forma adequada na origem, dificultando o trabalho dos cooperados. A gestora da Cooperativa até tentou entrar em contato com a Prefeitura de Piên para solucionar o problema, porém não obteve resultados. Todo o material reciclado é buscado pelos compradores no próprio galpão e destina-se a lugares diferentes: ferro e vidro para Joinville, plástico para Rio dos Cedros e o papel permanece em São Bento do Sul.

Os cooperados se dividem em trabalhadores permanentes do galpão, atuando das 8:30 h às 17:00 h na separação do lixo reciclável, realizando a triagem em uma esteira e depois prensando o material quando necessário. Enquanto os 15 cooperados que trabalham dentro do galpão ganham em torno de 350,00 reais por mês, aqueles que atuam externamente, os carrinheiros, buscam os carrinhos na sede de manhã e trabalham de maneira autônoma, ganhando por quantidade de lixo coletado. Os próprios carrinheiros são responsáveis pela triagem do material que é vendido para os mesmos clientes da Cooperativa, a qual cobra 10% da receita da venda dos carrinheiros. Todos os cooperados são moradores de São Bento do Sul, sendo que a maioria reside no bairro do Centenário. A permanência dos membros varia bastante, uma vez que alguns acompanham o projeto faz quase sete anos, enquanto outros se desvinculam após poucos meses de trabalho. Aqueles que largam a Cooperativa o fazem porque já tinham outro trabalho e não conseguem conciliar os dois, ou mesmo porque encontram um emprego registrado e mais seguro do que este.

De qualquer maneira, há bastante procura por trabalho, havendo quase diariamente pessoas que gostariam de participar da Cooperativa. De fato, haveria possibilidade de expansão mas a estrutura física atual não a permite. A fim de solucionar tal problema foi encaminhada uma proposta de projeto pela Secretaria de Desenvolvimento da prefeitura do local ao

BNDES. Por meio desta, a Cooperativa conseguiu uma verba de 480.000 reais para comprar um terreno e construir o novo galpão da Cooperativa, dado que o atual é alugado pela prefeitura de São Bento do Sul e será devolvido ao proprietário. Além disso, o projeto prevê a compra de um caminhão próprio destinado a coleta seletiva independente, ampliando assim a sua estrutura atual.

Houve algumas tentativas de capacitação e atendimento social para os cooperados. Estas iniciativas geralmente vieram de fora e não deram muito certo. Tanto uma dentista quanto uma psicóloga se ofereceram para atender os membros, porém estes não compareceram e não fizeram uso destes serviços. Além disso, alguns alunos da Univille buscaram alfabetizar os cooperados que não eram letrados, mas também houve pouca adesão à idéia. Somente o curso de capacitação do SENAC foi bem freqüentado apesar de alguns desistirem no meio. As desistências e falta de interesse nestes programas são atribuídas à falta de tempo e à inaplicabilidade, na visão dos cooperados, das iniciativas. Alguns acreditam, por exemplo, que são idosos demais para serem alfabetizados e que isto não lhes seria útil.

Recentemente, se formou uma segunda Cooperativa no Município de São Bento, no bairro do Cruzeiro, por dissidência interna desta primeira Cooperativa. Alega-se que havia uma figura bastante dominante na administração da Cooperativa e que esta pessoa exerceu um forte controle sobre o funcionamento da mesma. Isto fez com que os cooperados descontentes com a gestão criassem uma nova Cooperativa. Vale destacar que esta Cooperativa não necessariamente concorre com a primeira. Segundo o poder público, haveria ainda necessidade e espaço para uma terceira cooperativa na cidade para atender o Bairro de Serra Alta, que atualmente só conta com catadores independentes.

Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos

O Consórcio teve como conquista inicial a transformação do lixão de São Bento do Sul em aterro controlado, caracterizado pela cobertura do lixo a céu aberto. Em 2001, o Ministério Público entrou com uma ação coletiva contra quase todos os municípios de Santa Catarina pelo tratamento inadequado de resíduos. Assim, em 2003 o aterro controlado de São Bento do Sul foi embargado e necessitou-se uma nova solução para o lixo local. Dessa forma, a concessionária Transresíduos começou a enviar o lixo para Mafra, perto de Joinville, custando para o Município algo em torno de 600.000 reais por mês, segundo o secretário executivo do Consórcio. Após a extinção da ação federal, a empresa foi contratada para a construção de um aterro sanitário, além do gerenciamento das atuais lagoas de chorume.

O aterro sanitário a ser construído em São Bento do Sul, ao lado do aterro antigo, passa por uma dificuldade legal dado que a associação dos moradores que residem em torno deste terreno não querem a construção em sua proximidade. Em um primeiro momento, São Bento reverteu a liminar que fora concedida à Associação e deu continuidade ao projeto. Dado que este litígio já dura quase 7 anos e a duração prevista do novo aterro é de 10 anos, Henry Henkels, funcionário da Secretaria de Meio Ambiente, já preocupa-se com um outro local para a destinação do lixo pois antecipa futuros problemas jurídicos que possam ocorrer na escolha de qualquer terreno destinado ao aterro.

Dentro do programa de tratamento de resíduos sólidos infectantes havia sido criado um incinerador em São Bento do Sul, para tratar dos resíduos hospitalares dos quatro municípios ligados ao Consórcio. No entanto, mudaram-se as normas de tratamento de tal tipo de resíduo e o incinerador não foi licenciado pelo órgão estadual do meio ambiente, FATMA, e teve que ser desativado. Hoje os municípios enviam este lixo para um aterro industrial em São José, perto de Florianópolis.

Áreas de Proteção Ambiental – APA

A criação das cinco APAs na região, duas em Campo Alegre, duas em Rio Negrinho e uma em São Bento do Sul, deveu-se à iniciativa do Consórcio de Quiriri, que foi responsável pela demarcação e criação da figura jurídica das áreas. Vale

ressaltar que áreas de proteção ambiental permitem a ocupação e exploração econômica da área dentro dos limites estabelecidos em seu regulamento. Entretanto as APAs, após serem criadas, não foram devidamente regulamentadas. Em função disso o Ministério Público se pronunciou através de uma notificação e firmou-se um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Hoje, uma das APAs de Rio Negrinho é a que está mais avançada no processo de regulamentação, enquanto as outras ainda iniciam o procedimento. Para que a regulamentação aconteça é necessário que o prefeito do município decreta a formação de um conselho gestor, que é definido pela Secretaria do Meio Ambiente junto à população e geralmente incorpora as partes interessadas, tal como os proprietários de terras dentro dos limites da APA. Em seguida é feito um levantamento geográfico e populacional da região para fornecer dados para o Conselho Gestor. Este Conselho é o responsável pela criação das normas da APA, que posteriormente devem ser aprovadas pela câmara legislativa municipal. A seguir analisa-se a situação atual de cada uma das áreas de proteção ambiental:

A cidade de São Bento do Sul possui uma única APA, Rio Vermelho/ Humboldt, a maior entre as cinco da região, ocupando uma área de 230.000 m². O entrave para a APA está na consolidação de um conselho gestor, pois carece de mobilização das partes envolvidas para dar andamento ao processo. Acredita-se também que será difícil a conciliação de interesses para a regulamentação da mesma, dado que lá se encontram diversos grupos de interesse explicitados abaixo:

O Centro de Estudos de Pesquisas Ambientais (CEPA) Rugendas, que foi firmado como parceria entre o Consórcio, a Univille (Universidade de Joinville) e o Instituto Rugendas da Alemanha construiu uma sede de pesquisa dentro da APA. Porém a parceria entre a Universidade e o Consórcio não foi renovada contratualmente e o centro hoje pertence somente a Univille. O centro recebe alunos do Instituto Rugendas para realizarem pesquisas no local mas, dado ser propriedade privada, pouco se sabe dos resultados das pesquisas ou mesmo do trabalho que é feito.

A hidrelétrica instalada no Rio Vermelho-Humboldt é um empreendimento recente que pertence ao ex-prefeito da cidade, Frank Bollmann. Este é irmão do atual candidato a prefeito, fundador e ex-coordenador executivo do Consórcio, Magno Bollmann, que possui uma estância de eco-turismo também localizada dentro da APA.

O reflorestamento de pinus realizado por uma empresa canadense para a exploração da madeira ameaça a APA, uma vez que se encontra próximo à região de preservação e já se expandiu sobre ela. Além disso o plantio de pinus próximo às cabeceiras do rio diminui a vazão do Rio Natal e prejudica esta bacia hidrográfica.

Já as minas de caulim existem desde a década de 60 e continuam sendo exploradas até hoje. Recentemente houve aquisições de grandes empresas, como a Votorantim, para a extração de caulim. As minas apresentam dois problemas ambientais para a região: a recuperação das áreas degradadas e a contaminação da água. Uma vez desativada uma mina, a área deveria obrigatoriamente ser recuperada, porém isso jamais ocorre e assim se criam áreas quase desertas no meio da região protegida. Além disso, acontecem contaminações dos rios pelo caulinito, que deixam a água com aspecto leitoso. Apesar desta água contaminada não prejudicar a saúde da população, é necessário reverter este aspecto pois a população tem receio de consumir água.

O Consórcio de Quiriri firmou uma parceria junto a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) tendo em vista a recuperação ambiental através do programa estadual de gestão de microbacias. O Microbacias 1 foi implantado em parte do estado catarinense e sua continuação, o Microbacias 2 atinge a região do Consórcio. O programa atua em três frentes: 1) saneamento rural, 2) geração alternativa de renda e 3) pesquisa participativa agrícola junto aos produtores rurais. Dentro da iniciativa de geração de alternativa de renda, tentou-se estimular o cultivo de ervas medicinais por famílias dentro da região da APA, porém não houve muita adesão das famílias e o projeto foi abandonado.

Rio Negrinho, por sua vez, conta com duas APAs em seu município, a APA do Rio dos Bugres e a APA do Alto Rio Preto. A APA do Rio dos Bugres é a menor das duas e esta mais próxima ao centro da cidade, inclusive conta com uma

pequena área urbana. Esta APA se encontra mais avançada no processo de regulamentação. O Conselho Gestor está formado por 9 pessoas: 3 do poder público, 3 do setor produtivo e 3 representantes dos moradores. Já se concretizou a primeira etapa do Plano de Gestão da APA, mas este é contestado por uma associação de moradores. Muitos residentes da APA acreditam que a regulamentação só irá lhes impor restrições às suas atividades. De qualquer maneira o plano já foi enviado para a câmara de vereadores enquanto se trabalha a conscientização da população local. Como este é o primeiro Conselho Gestor de todas as APAs do Consórcio, integrantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Rio Negrinho pensam em levar a experiência da equipe para a regulamentação das demais.

Na APA do Alto Rio Preto, por seu turno, ainda não se iniciou a formação do Conselho Gestor. Esta é bem maior que a primeira e também incorporou recentemente uma área que pertencia à cidade de Mafra. Apesar da equipe de regulamentação não ter sido formada, a área já conta com o levantamento aerofotogramétrico que foi feito, em parceria com empresas, para todo o município em função da elaboração do Plano Diretor. Uma peculiaridade desta APA é que há 6 assentamentos do INCRA no local e duas invasões.

Educação Ambiental

Dentro do programa de educação ambiental do Consórcio, alguns municípios se destacaram, como o de Corupá, no âmbito escolar. Assim pensou-se em criar uma Comissão Técnica de Educação Ambiental para trocar as experiências das escolas nos quatro municípios. Percebeu-se que uma comissão com encontros regulares não teve efetividade e criou-se uma rede (Redescobrimo a Natureza). Esta funcionou durante um certo período mas não obteve adesão das secretarias de educação e extinguiu-se. O que se verifica atualmente é que as próprias Secretarias de Educação dos respectivos municípios se responsabilizam pela educação ambiental nas escolas e contam com a contribuição de integrantes do Consórcio para ministrarem palestras nas mesmas.

Atuação nos Conselhos

Além dos projetos, hoje grande parte do trabalho do Consórcio consiste na participação e contribuição em diversos conselhos dos municípios. Esta participação tem como objetivo a integração e visão ampla das questões ambientais inter-regionais. Apesar de estar presente em praticamente todos os Conselhos, como são diversos e há muitas reuniões em cidades diferentes, se torna um pouco inviável a participação ativa em todos eles.

Para exemplificar o trabalho do Consórcio junto aos Conselhos, seguem anexos dois casos de questões ambientais relevantes discutidas pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (COMDEMA): o primeiro em São Bento do Sul (anexo 2) trata de uma área de relevante interesse ambiental e o segundo, em Rio Negrinho (anexo 3), refere-se às APPs urbanas.

Planos Futuros

O Consórcio busca ampliar suas atividades com novos projetos dado que os antigos já apresentam certa independência, e também cogita novas possibilidades de atuação.

Um projeto que está em andamento é a reciclagem do óleo de cozinha para ser usado como combustível de veículos. O projeto prevê a utilização na frota das prefeituras gerando uma economia nos gastos públicos. A idéia é de haver uma coleta seletiva pelas cooperativas de catadores, levando o óleo para uma central intermunicipal de processamento e posteriormente retornando para cada município. Porém, por causa da dificuldade de apoio político dos municípios ao Consórcio, o projeto se iniciará somente em São Bento do Sul.

Enquanto isso, o município de Rio Negrinho prevê o Consórcio como fiscalizador do seu Plano de Saneamento Básico. Antecipando-se a uma Lei Federal (14.441/07), Rio Negrinho é o primeiro município catarinense a apresentar o Plano de Saneamento Básico que trata das questões relativas à água, lixo, esgoto e drenagem pluvial da cidade. Assim, o Consórcio atuaria como fiscalizador não só em Rio Negrinho como nas cidades de São Bento do Sul e Campo Alegre, quando estas fizerem seus Planos de Saneamento. Para o trabalho da fiscalização seria necessário criar um comitê formado por técnicos dos três municípios. Este projeto já foi enviado para a Câmara Municipal de Rio Negrinho e aguarda aprovação, porém deve-se ressaltar que a lei municipal de Rio Negrinho não é aplicável nos outros municípios e permanece indeterminado se haverá ou não uma ação intermunicipal de fiscalização por parte do Consórcio.

Outra questão que vem sendo discutida e que pode ampliar a frente de atuação do Consórcio é a possibilidade de se municipalizar o licenciamento ambiental que hoje é realizado pelo órgão estadual ambiental, FATMA. Muitos gestores locais estão insatisfeitos com a atuação da FATMA, o que eles atribuem à gestão político-partidária e não técnica da entidade. Apesar de haver uma agência em Mafra, que é responsável por apenas quatro municípios, o órgão atrasa o processo de licenciamento. Assim, firmou-se uma mobilização por parte do setor produtivo, que necessita de licenciamentos ambientais para seu funcionamento, em prol da municipalização. Dado que os licenciamentos se caracterizam por gerarem altas receitas, há uma disputa entre a FATMA e as prefeituras locais. Há uma preocupação de ordem financeira já que a responsabilidade dos licenciamentos, ficando a cargo dos municípios, gera o ônus dos eventuais e, inevitavelmente, custosos processos administrativos. Além disso, há uma potencial pressão sobre a equipe técnica responsável pelo licenciamento, uma vez que esta é subordinada ao poder público local e, portanto, sofre influências políticas. Uma saída que se vislumbrou foi a incumbência do licenciamento ambiental para o Consórcio do Quiriri. Dessa forma, o último deseja formar uma equipe técnica que esteja disponível para as atividades do Consórcio com foco no licenciamento ambiental.

Comentários Finais

O Consórcio está virtualmente parado no momento. Ele funcionou bem somente nos dois primeiros mandatos dos prefeitos que deram origem à idéia e foram reeleitos. Estes primeiros prefeitos encamparam os projetos do Consórcio, apesar das divergências partidárias, porém isso não mais acontece. No terceiro e quarto mandato, a oposição tomou posse e não deu continuidade ao projeto, portanto sua decadência se iniciou por volta de 2003.

Os prefeitos também não compreendem bem o papel do Consórcio e alegam que o Consórcio não tem efetividade em seus municípios, sendo que o Consórcio teria a função de realizar o Planejamento Ambiental Participativo. Sempre que há movimento político o Consórcio é usado como propaganda, e erroneamente denominado de Consórcio de São Bento, por exemplo.

O grande idealizador do Consórcio, Magno Bollman, permaneceu no cargo de coordenador executivo desde o início até 2004, aproximadamente. Ele foi responsável pelo período áureo do funcionamento do Consórcio e sua figura é bastante associada ao sucesso da organização. Neste sentido, dado que ele é atualmente candidato à prefeitura de São Bento do Sul, o nome do Consórcio é usado como palanque político. Apesar dele ter impulsionado diversas atividades, alguns criticam que não houve continuidade nos projetos. O caso das APAs ilustra esta questão já que elas foram criadas em sua gestão, mas não devidamente regulamentadas, o que significa que as mesmas não são protegidas na prática.

Atualmente o Consórcio atua mais em Rio Negrinho e São Bento do Sul, onde é sua sede, sendo os dois funcionários permanentes cedidos pela prefeitura de São Bento. Antes, fora estabelecido que os quatro municípios repassariam 50.000 reais para o Consórcio além do repasse das contas de água (0,01 centavos por metro cúbico) nos municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, pois estes têm o sistema SAMAE, que é municipal e os outros dois possuem a CASAM, que é estadual. Nos últimos anos os municípios ficaram inadimplentes em relação à sua contribuição monetária e somente

Rio Negrinho tentou efetuar o pagamento, porém, dada a dívida dos municípios restantes, o coordenador executivo não aceitou os recursos. No momento, o Consórcio só é viabilizado pelo repasse das contas de água.

Ademais, o atual coordenador executivo se mostra passivo diante das potencialidades do Consórcio. Uma oportunidade que não está sendo bem aproveitada, por exemplo, é a Cooperativa, pois não se trata de uma iniciativa intermunicipal e nem há planos de implementação de outras Cooperativas nos demais municípios. Não se verifica medidas que tornem o projeto da Cooperativa em um referencial ou um empreendimento inovador sendo que as poucas iniciativas de desenvolvimento social surgiram de forma exógena à organização. A ausência de pró-atividade do coordenador pode ser atribuída ao fato de sua nomeação ter sido uma imposição, uma vez que ele foi afastado do seu antigo posto na Vigilância Sanitária por motivos políticos.

Percebe-se que o âmbito político é determinante na dinâmica de funcionamento do Consórcio. Os prefeitos, como maior órgão deliberativo, podem não se interessar pela questão ambiental participativa e, desta maneira, dificultam a implementação da agenda do Consórcio. De maneira geral, pode-se dizer que a estrutura do Consórcio é funcionalmente ineficiente, dado que, por exemplo, o coordenador executivo ocupa mais dois cargos no organograma, como representante da sociedade civil e como presidente interino. Esse fato se deve ao desinteresse dos prefeitos em dirigir o Consórcio, e quanto à representação da sociedade civil, este órgão jamais foi ocupado por um legítimo representante. Além disso, a falta de clareza na estrutura também é verificada quando se observa que as pessoas mais atuantes no Consórcio pertencem às respectivas Secretarias do Meio Ambiente e não se sabe quando atuam em nome do poder municipal, do Consórcio ou mesmo por motivos de próprio engajamento ambiental. Assim sendo, ao se elaborar o Plano de Saneamento de Rio Negrinho, os funcionários da prefeitura e colaboradores do Consórcio, unilateralmente, atribuíram a este a função de fiscalizador dos Planos de Saneamento das cidades onde o Consórcio atua, mas esqueceram-se de incluir a cidade de Corupá. Ademais, em dado momento, vários funcionários das secretarias de meio ambiente e também participantes do Consórcio se uniram para formar uma ONG ambiental quando acreditavam que a existência do Consórcio estava comprometida.

Em suma, percebe-se o Consórcio como palco de iniciativas pessoais e municipais e não participativo e inter-regional como havia sido inicialmente proposto. Nos últimos anos, o Consórcio Quiriri não se apresenta de maneira sustentável, pois os integrantes dos principais órgãos da estrutura organizacional formal não mostram-se engajados com os objetivos do Consórcio. Além disso, aqueles que encampam a questão ambiental pertencem somente à estrutura auxiliar do Consórcio, não dispondo de ferramentas formais para implementar uma real agenda ambiental participativa para a região.

Consórcio Lambari

O Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa em Nível de Bacias Hidrográficas, conhecido pelo nome fantasia de Consórcio Lambari, tem sua origem vinculada ao curso ministrado em Concórdia pelo professor chileno Pedro Hidalgo às diversas instituições que hoje dão suporte ao consórcio. Fundado oficialmente em junho de 2001, o Consórcio desenvolve um programa de gestão ambiental participativa em nível de bacias hidrográficas, visando a melhoria das condições ambientais da região e da qualidade de vida da população, bem como o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios integrantes.

Os 16 municípios que participam do consórcio são os mesmos que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC): Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Ita, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Com exceção de Concórdia, a sede do Consórcio e da AMAUC, e Seara, os demais municípios têm população inferior a 10.000 habitantes. A

população total beneficiada pelas atividades do Consórcio é de aproximadamente 144.001 pessoas e abrange uma área de 3.327 km², segundo o IBGE.

A maior parte da população que ocupa a região do Alto Uruguai Catarinense descende de alemães e italianos que vieram em sua maior parte do Rio Grande do Sul. Há menos de um século, atraídos pelo baixo preço dos pequenos lotes de terra, os colonos se dedicaram à agricultura e à criação de suínos. Os costumes e a cultura destes eram bem diferentes da dos povos indígenas locais e dos caboclos existentes, principalmente no que se refere a religiosidade, educação, gastronomia e hábitos de higiene.

Além da cultura européia, a região conta com o legado deixado pela Guerra do Contestado, movimento de revolta que se estabeleceu entre Paraná e Santa Catarina durando de 1912 a 1916. Em Irani, por exemplo, um dos municípios integrantes do Consórcio, ocorreu o primeiro combate registrado entre os estados. A cidade busca a preservação histórica e cultural da região, contando com um museu e cemitério do Contestado.

A economia gira em torno da avicultura, produção de leite e, principalmente, da suinocultura. A região do Alto Uruguai registra uma das maiores concentrações de produção e industrialização de carne suína do Brasil. Com o aumento da concentração e do tamanho das propriedades, esta atividade é responsável por um grave problema ambiental: a poluição causada pelos dejetos de suínos. Esta foi uma das principais questões que motivou a formação do Consórcio Lambari.

Assim, é por meio de três projetos prioritários que o Consórcio Lambari busca a melhoria das condições ambientais da região. O primeiro deles é o programa de diminuição da poluição provocada pelos lixões, seguido pelo programa de diminuição da poluição provocada pelo esgoto e por fim, pelo programa de diminuição da poluição provocada pelos dejetos de suínos. Além disso, o Consórcio Lambari possui um foco também na educação ambiental, promovida por meio de palestras nas comunidades, projetos com escolas, bem como promove atividades envolvendo as entidades da sociedade civil.

Estrutura Organizacional

O Consórcio Lambari tem sua estrutura organizacional composta por conselhos de prefeitos e de vereadores, por uma gerência administrativa, pela câmara técnica e de apoio e pelos grupos de trabalho municipais (GTMs). Segue anexo o organograma da entidade (Anexo 4).

O conselho de prefeitos é o órgão deliberativo, constituído pelos prefeitos dos municípios consorciados e presidido por um de seus integrantes. A eleição do Conselho acontece simultaneamente com a eleição de Diretoria da AMAUC, na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano. A rotatividade dos presidentes do Conselho se dá respeitando uma alternância de partidos e municípios diferentes a cada ano, além do que o Presidente do Consórcio e da AMAUC são necessariamente pessoas diferentes. As eleições são realizadas por consenso, embora sempre haja uma urna para eventuais divergências. A Assembléia dos Prefeitos é reunida a cada dois meses, tratando tanto dos assuntos da AMAUC como do Consórcio Lambari.

Enquanto isso, o Conselho dos Vereadores atua como órgão consultivo e fiscalizador, constituído por um representante de cada Câmara de Vereadores do respectivo município consorciado. A diretoria do Conselho dos Vereadores integra o Conselho Fiscal. Todo mês a gerência do Consórcio passa os dados financeiros e o relatório das atividades para este Conselho. Além disso, vale ressaltar que ambos os relatórios são entregues em cada uma das prefeituras.

A Gerência Administrativa é o órgão executivo, constituído pelo gerente e duas auxiliares técnico-administrativas, além

de um estagiário, Felipe Klein. O cargo de gerente é ocupado pelo Roberto Kurtz Pereira, que é também Secretário Executivo da AMAUC há 16 anos. Desde o início da criação do Consórcio, Roberto ocupa ambos os cargos acima. Além disso, Roberto representa o Consórcio no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. As duas auxiliares são as biólogas Simone Marcio e Claudia Schiavini, sendo que a Claudia está no Consórcio desde sua criação em 2001.

A Câmara Técnica de Apoio é formada por 10 entidades parceiras - dentre elas, a AMAUC, EMBRAPA, EMPAGRI, Universidade do Contestado, SESC, SENAC - que disponibilizam seus técnicos para que estes possam auxiliar a gerência do Consórcio sempre que há necessidade de se elaborar um projeto. A câmara se reúne pelo menos uma vez por semestre com os GTMs para definir o norte dos projetos. No total são aproximadamente 30 técnicos, e estes se reúnem também em grupos menores, para auxílio específico conforme sua especialização.

Os grupos de trabalho municipais têm como finalidade executar as tarefas repassadas aos municípios pela Câmara Técnica, e, especialmente, planejar as atividades a serem desenvolvidas nos municípios como complementação das propostas e projetos prioritários do Consórcio. Cada município se organiza para compor seu GTM, sendo que não há número máximo nem mínimo de participantes, variando de 3 a 10 pessoas normalmente. Geralmente são os próprios secretários de meio ambiente que coordenam os GTM, mas este é um cargo eleito pelo grupo. Muitas vezes se observa a presença de secretários de educação ou agricultura nos GTM, mas há também representação da sociedade civil.

O GTM é o centro do trabalho do Consórcio, pois os programas ambientais desenvolvidos pelo Consórcio são implementados nos municípios através deste grupo. Em certas ocasiões, o GTM e o Conselho Municipal de Meio Ambiente são denominações diferentes para o mesmo grupo que trata das questões ambientais da cidade. A cada três meses aproximadamente, a gerência e todos os Grupos de Trabalho Municipais se reúnem para apresentação das atividades realizadas em cada município e, assim, possibilitar um intercâmbio das experiências locais.

Dada esta dinâmica de funcionamento, o Consórcio Lambari realiza suas tarefas de planejamento em dezembro, janeiro e fevereiro quando as atividades dos GTMs e das escolas estão reduzidas. Atualmente as atividades executadas se relacionam mais com a questão da educação e conscientização ambiental e com o gerenciamento da bacia hidrográfica da região. Todavia, vale destacar que no início foram escolhidos três problemas prioritários para serem tratados: os resíduos sólidos, os esgotos urbanos e os dejetos suínos. Todos os projetos serão detalhados a seguir, iniciando-se por aqueles denominados como prioritários.

Resíduos Sólidos

Como parte da primeira proposta de eliminação da poluição provocada pelos lixões, foram recuperados os antigos lixões e construídos um aterro sanitário para atender Concórdia e outro aterro controlado para atender Presidente Castello Branco, ambos de posse municipal. Vale ressaltar que o aterro construído em Concórdia tinha duração prevista para 20 anos, todavia as taxas de reciclagem foram muito aquém do esperado e, assim, a expectativa deste baixou para nove anos. Enquanto isso, o aterro de Castello já possui dois anos, porém não está completo e carece de manutenção técnica. Esta não ocorre adequadamente devido ao fato de que a responsável pela construção do aterro foi uma empresa terceirizada e não houve acompanhamento técnico do projeto por parte da prefeitura. Atualmente, o Consórcio Lambari foi solicitado para dar um parecer técnico sobre o projeto do aterro e possivelmente auxiliar na resolução das falhas encontradas. Além disso, construíram-se três outros aterros sanitários particulares para atender a necessidade dos demais municípios.

A outra face desta proposta trata da questão da reciclagem. O Consórcio Lambari fomentou práticas de coleta seletiva em todos os municípios, que hoje é realizada com relativo sucesso em todos os perímetros urbanos. Todavia, a coleta é de responsabilidade de uma empresa terceirizada e esta se recusa a fazer a coleta seletiva a não ser que mais de 60%

dos domicílios façam a separação do lixo. Assim é preciso que haja um trabalho intenso de conscientização com os moradores, como no município de Itá onde a educação ambiental é praticada por bairros. Em Presidente Castello Branco, por sua vez, se atinge a coleta seletiva em toda área rural e urbana do município. Posteriormente, a triagem do lixo é feita pelos adultos de uma família assalariada (remunerada pela prefeitura), e os rendimentos obtidos com a venda do material reciclável são destinados às associações de moradores que estimulam a coleta seletiva. Contudo, no momento, a triagem está dificultada pelo fato de que os moradores não estão separando o lixo adequadamente. O Consórcio prevê a necessidade de uma nova mobilização e conscientização dos moradores sobre a reciclagem.

Esgotos Urbanos

O segundo projeto de alta prioridade tem como foco o tratamento do esgoto urbano. Primeiramente o Consórcio tentou auxiliar os municípios na adequação ao Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) firmado pelo Ministério Público. No entanto, optou-se pelo trabalho individual de cada município para solucionar o problema. Não há uma única estação de tratamento de esgoto em toda região devido a seu alto custo de implementação. Os esgotos urbanos são destinados a sumidouros, ou fossas sépticas quando existem ou lançados diretamente nos rios.

Em Concórdia, por exemplo, a rede de esgoto está interligada com o rio canalizado. Já em Itá, como a cidade foi reconstruída por causa da hidrelétrica instalada na região, foi possível instalar uma rede de esgoto e um sistema de tratamento, porém este funciona inadequadamente devido aos problemas na rede. Como é a empresa de saneamento estadual, CASAN, que cuida do sistema, os gestores do Consórcio não possuem fácil acesso aos dados e nem podem visitar o local de tratamento e, portanto, não se sabe porquê há, às vezes, um intenso mau cheiro e constantes reclamações dos munícipes.

No município de Jaborá havia um grave problema ambiental dado que os dejetos eram depositados a céu aberto em um buraco, constituindo um lago de dejetos humanos. Este está sendo tratado no momento, ao passo que a cidade busca financiamento para construir um sistema de tratamento.

Por último, a cidade de Ipirá será o provável palco para o projeto piloto do sistema SISNATE, o qual trata o efluente sanitário utilizando um composto de fibras e bactérias. O município obteve a verba de 100.000 reais da FUNASA para a construção do sistema, porém neste valor não se inclui a rede para interligar a cidade com o local de tratamento.

Atualmente, os projetos de tratamento de esgoto vêm apresentando as maiores dificuldades, visto que sua implantação carece de altos investimentos e apresentam pouca visibilidade política. Além disso, nos municípios maiores, como Seara e Concórdia, o governo estadual detém a concessão do serviço de saneamento e, portanto caberia a CASAN se responsabilizar pelo tratamento de esgoto nos devidos municípios.

Visto os problemas relacionados ao esgoto urbano, o Consórcio está elaborando o Plano de Saneamento Básico para todos os municípios da região. O plano, que é recentemente exigido por lei federal, já foi encaminhado para as respectivas câmaras municipais em três municípios da região. Para finalização dos planos das cidades restantes, o Consórcio propôs este ano aos prefeitos a contratação de um engenheiro sanitário, a fim de que este desenhasse soluções para o tratamento de esgoto. Assim, havendo um plano de saneamento, as prefeituras poderiam buscar verbas para as realizações destes projetos. Porém, como se trata de um ano eleitoral, os prefeitos preferiram adiar esta decisão para o ano.

Dejetos Suínos

O Consórcio Lambari tem como terceiro projeto prioritário a redução da poluição provocada pelos dejetos suínos. Para

isso, o Consórcio, por proposição do Ministério Público Estadual, foi o responsável por articular um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Atividade Suinícola junto aos criadores de suínos, agroindústrias, municípios e órgãos ambientais da região. Esta proposta partiu do Ministério Público, uma vez que este se viu elaborando um número cada vez maior de TACs para propriedades privadas e percebeu que seria mais sensato elaborar uma única TAC para toda a região. A demanda pelo ajuste ambiental das propriedades se deu pelo fato de que os suinocultores não adquiriram financiamentos frente aos bancos por falta de licenças ambientais. Além disso, outro fator que contribuiu para a elaboração de um TAC conjunto foram as crescentes denúncias referentes aos danos ambientais. Assim o Ministério Público procurou o Consórcio Lambari por saber que este tema era um de seus focos prioritários de ação.

O termo elaborado pelo Consórcio somente se referia a 2.090 produtores que se encontravam em áreas de preservação permanente, de um total de quase 5.000 produtores regionais. A discussão do TAC se iniciou em 2001 e só foi concluída com as assinaturas de todas as partes interessadas em 2004. No entanto, devido à magnitude e complexidade da implementação do TAC, o Consórcio criou o Comitê Regional da Suinocultura, cuja coordenação ficou a cargo da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS). Para viabilização do comitê foi necessário que o funcionário do Consórcio que estava à frente da elaboração do TAC, Gentil Bonêz, fosse trabalhar no Comitê sediado na ACCS.

O Comitê abrange toda região da AMAUC bem como três outros municípios vizinhos: Capinzal, Ouro e Lacerdópolis. O Consórcio Lambari, juntamente com a AMAUC, está presente no colegiado da administração do Comitê, além do Sindicarne e da Embrapa Suínos e Aves, encabeçados pela ACCS. O Comitê se divide em duas câmaras: Câmara Técnica Operacional e Câmara de Educação Ambiental e Comunicação; enquanto uma se preocupa em viabilizar os ajustes do TAC, a outra se responsabiliza pela divulgação da questão frente aos suinocultores. Esta câmara realizou 17 seminários nos municípios explicando aos produtores as exigências do TAC, e ao concluir todos os seminários elaborou uma cartilha explicativa com as dúvidas mais freqüentes dos suinocultores. Esta cartilha foi repassada a todos produtores locais.

O TAC previa um prazo de três anos para a adequação das propriedades às normas ambientais. Foram feitos seminários em 2005, 2006 e 2007 para avaliar o cumprimento do termo. Identificou-se que muitos ainda não tinham se adequado, sendo que a questão relativa à mata ciliar foi a mais problemática. Dessa forma, ao final da licença de três anos, percebeu-se que somente 877 do total de 2090 propriedades, que se enquadravam dentro do TAC, puderam adquirir sua licença ambiental normalmente. Cabe aqui também destacar que para a realização dos licenciamentos da região, foi necessária a contratação de 20 técnicos por parte da ACCS a fim de auxiliar a FATMA, dado que o órgão não possui estrutura para atender tal demanda, demorando demasiadamente na emissão de licenças.

Dado este quadro, o Ministério Público concordou em postergar por mais três anos as exigências do TAC que só foram parcialmente cumpridas pelas restantes 1.213 propriedades. Vale ressaltar que esta prorrogação foi fruto do trabalho do Comitê, dado que este foi o único TAC do Estado de Santa Catarina a receber um aumento no prazo. Além disso, a ACCS foi solicitada para implantar o TAC no resto do estado e para tanto criaram-se quatro novos comitês em outras regiões.

Gerenciamento da Bacia Hidrográfica

Em 2003, a partir de um decreto estadual estabelecendo a nova lei de recursos hídricos, o Consórcio Lambari pôde coordenar a criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas Bacias Hidrográficas Contíguas, objetivando ações destinadas à conservação e recuperação dos recursos hídricos do Alto Uruguai Catarinense. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável forneceu o termo de referência para orientar o escopo dos estudos a serem desenvolvidos pelo comitê. O Estado de Santa Catarina foi dividido em 10 regiões de bacias hidrográficas e o comitê do Rio Jacutinga abrange as bacias de seis rios da região que atingem 18 municípios. Todos estes possuem

representação no comitê, além de outras partes interessadas, totalizando 25 entidades participantes. Pelo fato do comitê não possuir personalidade jurídica, o Consórcio Lambari atua como braço operacionalizador e mantenedor do mesmo.

Com a finalidade de se construir um levantamento de dados sobre as bacias hidrográficas da região, o Consórcio previu a elaboração do “Caderno das Águas” através dos GTMs e da Câmara Técnica. Porém, devido ao fato de já existir um levantamento semelhante no resto do Estado realizado pela FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), optou-se por utilizar a metodologia do fundo mas o projeto não foi concluído. Por outro lado, conseguiu-se uma verba de 21.000 reais do Instituto Sadia para realizar a primeira etapa do plano de bacias, um levantamento fitossociológico da mata ciliar do Rio Queimados, a sub-bacia mais crítica do Rio Jacutinga. A idéia deste estudo é identificar quais as espécies indicadas para o plantio nas áreas de mata ciliar. Assim, foram contratados com estes recursos um engenheiro ambiental e uma bióloga para trabalharem 20 horas semanais durante um ano para o projeto. Os primeiros seis meses são dedicados ao levantamento de dados secundários de estudos já realizados sobre a micro-bacia. Esta etapa esbarra em uma série de dificuldades: há muita controvérsia sobre os dados (o próprio comprimento do rio apresenta medidas discrepantes dependendo da fonte), não há fontes primárias – os estudos encontrados sempre se baseiam em outros estudos antigos, há carência de trabalho de campo e dados em geral e necessita-se de uma definição metodológica mais clara e consistente pois o termo de referência às vezes é vago e os pesquisadores não sabem por onde se orientar. O levantamento de fontes primárias é imprescindível porque as condições de fauna, flora e água mudaram bastante ao longo dos anos. Porém, devido a curta duração do projeto, não seria possível o levantamento de dados a partir de pesquisa de campo destes pesquisadores. Visto este problema, em relação à polêmica da extensão do rio, o Consórcio disponibilizou, através da AMAUC, seu topógrafo para realizar este estudo.

Outra frente do projeto de diagnóstico e caracterização da sub-bacia do Rio dos Queimados é o cadastro dos usuários da água. Para isso, o estagiário do Consórcio Lambari dedica metade seu expediente às atividades do comitê, especificamente a este cadastro. O Comitê está realizando ampla divulgação do cadastro através de rádio, tv e jornal, buscando o cadastro voluntário dos usuários. Até o momento poucos realizaram o cadastro e o comitê procura outra estratégia para a realização do mesmo, dado que este levantamento é crucial para a identificação da demanda de água e o destino desta e portanto é essencial para o diagnóstico da situação atual do rio.

Educação e Conscientização Ambiental

O Consórcio também é bastante atuante no âmbito da educação ambiental. Em 2004, se iniciou a implantação do Programa Regional de Educação e Interpretação Ambiental disseminando conhecimentos e práticas conservacionistas do meio ambiente. O programa é dividido em diversos sub-programas, onde se busca um intercâmbio das melhores práticas intermunicipais. A primeira etapa do programa se constitui no projeto “A Criança e a Natureza”, no qual se pretende envolver as escolas de ensino fundamental de todos os municípios. A cada ano escolhe-se um tema e um local de interesse ambiental dentro de um dos municípios. Assim, propõe-se às escolas realizarem um trabalho junto aos alunos relacionados ao tema vigente, sendo os melhores trabalhos premiados com uma visita ao local de interesse previamente escolhido. Para finalizar o evento, o Consórcio confecciona um livrinho contendo o resumo de todos os projetos premiados e entrega para todas as escolas participantes. No primeiro ano do evento foi visitado o Parque Estadual Fritz Plaumann, no município de Concórdia; já no segundo visitou-se o Museu Entomológico Fritz Plaumann em Seara; e, em 2006, a atividade se deu na Escola Socioambiental de Piratuba. No ano de 2007, a atividade ocorreu em Ipumirim, sob o tema do aquecimento global, tendo como o local de visita as pinguelas e em 2008 o local escolhido foi a ilha em Castello Branco, sob o tema de resíduos sólidos. A cada ano cresceu o número de alunos e de escolas participantes, sendo que hoje os municípios almejam sediar a visita das escolas com seu local de interesse ambiental. Vale ressaltar que as funcionárias do Consórcio procuram capacitar monitores, tanto alunos quanto os professores, para a visita

dos locais, dado que a demanda excede sua disponibilidade de tempo.

Outra iniciativa de educação ambiental é apoiar a Escola Sócio Ambiental, que se tornou exemplo de educação ambiental e integração social para toda região. Localizada em Piratuba, a escola é iniciativa de um engenheiro ambiental da EPAGRI, que hoje é prefeito do município. Foi constituída em 2001, a partir de um convênio com a prefeitura e o Consórcio Machadinho. A escola funciona no contra-turno da escola municipal Amélia Poletto, atendendo aproximadamente 60 crianças carentes de 9 a 14 anos. Os temas desenvolvidos são de ordem ambiental (fauna, flora, água e solo) e social (cidadania, auto-estima, inclusão e prevenção). As crianças são selecionadas a partir de apresentações da Escola Sócio-Ambiental nas salas de aula da escola municipal, onde ao final, se anotam os nomes das crianças interessadas. Estes nomes são repassados para a assistente social e para Secretaria de Educação de Piratuba a fim desses agentes fazerem a triagem dos alunos mais necessitados. Os alunos são distribuídos em grupos de quinze crianças por turno, sendo que dois dias por semana participam grupos de meninas e dois dias grupos de meninos. As crianças, além de lancharem na escola, recebem assistência médica, odontológica, psicológica e social. As atividades desenvolvidas pelas crianças englobam artesanato, reciclagem, plantação e cultivo de mudas. Estas últimas são fornecidas para os jardins da prefeitura municipal e a qualquer interessado, como os agricultores da região. Em 2007, a escola entregou 34.078 mudas e, este ano, já foram doadas 14.579 mudas. Além disso, as próprias crianças podem levar para casa os frutos da horticultura.

Desde 2005, o Consórcio Lambari apóia as atividades da escola, e a partir de março deste ano, o Consórcio se responsabiliza pela atividade desenvolvida às sextas-feiras, além de auxiliar as professoras no planejamento das aulas e no conteúdo técnico-ambiental. O Consórcio aderiu ao conceito da escola e busca promover sua expansão para outros municípios e, assim, já levou todos os grupos de trabalho municipais para visitá-la. Em 2006, no programa “Criança e Natureza”, o Consórcio reuniu aproximadamente 2000 crianças de todos os 16 municípios para visitar a escola, onde os próprios alunos da Escola Sócio-Ambiental foram os monitores do evento. Neste projeto, o Consórcio auxiliou na criação do logo da Escola Sócio-Ambiental. Atualmente, a escola adquiriu um terreno próprio através da compensação ambiental da hidrelétrica de Machadinho a fim de expandir suas atividades e atender um maior número de alunos. Novamente, o Consórcio apóia esta iniciativa, trazendo a arquiteta da AMAUC para projetar o novo espaço.

De modo geral, o Consórcio Lambari oferece uma série de atividades relacionadas à educação ambiental disponíveis para as escolas da região. Por exemplo, no dia 25 de julho, o Consórcio atenderá ao pedido do GTM de Lindóia do Sul para capacitar aproximadamente 30 professoras municipais em técnicas de reciclagem. O objetivo da atividade é, a partir da capacitação das professoras, desenvolverem a decoração, móveis e brinquedos da nova creche municipal, Roseleni Fatma Bussolaro. Paralelamente, o Consórcio promove a construção de composteiras nas escolas, onde ocorre o tratamento do lixo orgânico, resultando em um composto rico em nutrientes que pode ser utilizado na horta e no jardim do próprio ambiente.

Mais uma iniciativa do programa de educação ambiental é a chamada Trilha Perceptiva, onde se proporciona aos visitantes (tanto alunos das escolas quanto integrantes das unidades parceiras) uma experiência sensorial tirando-lhes a visão. São construídos dois ambientes distintos refletindo um ambiente natural sadio e outro devastado. Após a trilha se faz uma atividade reflexiva sobre a experiência buscando ressaltar a responsabilidade individual sobre a natureza. O Meio Ambiente em Cena é a proposta do Consórcio para integrar a arte à educação ambiental. São contratados grupos teatrais locais para encenarem pequenas esquetes com temáticas ambientais nas escolas dos municípios.

Além do trabalho com as escolas, o Consórcio realiza o Programa Conhecer e Fazer para Preservar que tem como objetivo integrar os clubes das mães de toda região à causa ambiental. O programa promove gincanas entre os clubes em cada município. Nestas se procura coletar lixo, construir roupas de material reciclável e criar paródias. A partir das gincanas as atividades se expandiram, sendo que, por exemplo, em Ipira, os clubes das mães promovem um carnaval de rua com

figurinos inteiramente elaborados de materiais recicláveis. Para concluir o evento, o Consórcio coordena a apresentação de um seminário reunindo os melhores trabalhos realizados em cada um dos municípios visando a regionalização das experiências. Além disso, houve uma demanda das mães por cursos de reaproveitamento de material reciclável, que são ministrados pelos funcionários do consórcio.

Adicionalmente, toda semana, o Consórcio realiza palestras nas comunidades locais dos municípios sob demanda dos Grupos de Trabalho Municipais. Por exemplo, a demanda por palestras tratando de agrotóxicos surgiu do GTM de Piritiba, que notou que os agricultores tinham substituído a enxada pelo agrotóxico sem pensar nas conseqüências de seu uso. Assim, a coordenadora local do GTM pediu para que o Consórcio fizesse uma palestra explicativa sobre o tema para a comunidade rural. A palestra fez bastante sucesso, sendo que hoje ela é ministrada em diversos municípios para a comunidade e dentro das escolas. No dia 15 de julho, os técnicos Cláudia, Simone e Felipe apresentaram a palestra para a comunidade Rosalino Nard de Arvoredo para que se evitasse o uso abusivo dos agrotóxicos. O evento contou com 13 pessoas, dentre elas a coordenadora do GTM e a assistente social da prefeitura, sendo a grande maioria mulheres. Os palestrantes apresentaram a origem dos agrotóxicos, curiosidades, dados, efeitos nocivos à saúde, anomalias congênitas e alternativas a este uso por meio de defensivos naturais.

Por fim, com o objetivo de conscientização ambiental, anualmente, em fevereiro, a Copórdia (Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia) promove a Tecnoeste, uma feira agrotécnica que reúne mais de 13.000 pessoas no período de dois dias. O Consórcio é o coordenador da Comissão de Meio Ambiente da feira e busca mostrar alternativas de sustentabilidade agrícola: composteiras, sistema de aquecimento solar com garrafas PET, sistema de tratamento de esgoto, ervas medicinais, alternativas aos agrotóxicos e sistema de coleta de água pluvial.

Conclusão

Um claro fator de sucesso do Consórcio Lambari é a continuidade das pessoas que trabalham lá e a ausência de fatores político-partidários na dinâmica da organização. Assim, se viabilizou uma continuidade nas ações do Consórcio e também um aprendizado ganho através de anos de experiência na área, se estabelecendo uma boa relação com os municípios, com os políticos e com os grupos de trabalho.

O Consórcio não se desestabiliza com a troca de governantes dado que a contínua tarefa educativa já não depende dos prefeitos em si. Já os projetos maiores podem ser influenciados pela afinidade do prefeito com a temática ambiental, mas como são 16 municípios, dificilmente o Consórcio se encontra somente com políticos desinteressados em meio ambiente. Sendo assim, pode haver mais atividade em alguns municípios durante uma gestão e menos em outros, dependendo do interesse da prefeitura local.

A AMAUC é fator essencial para o sucesso do Consórcio dado que se utiliza bastante da infra-estrutura já existente, por exemplo: o carro utilizado nas visitas pertence à associação, ambos compartilham o mesmo espaço de escritório cujo aluguel provem da AMAUC e os funcionários da Associação dão suporte à equipe do Consórcio. Além disso, a assessora de imprensa da Associação auxilia o Consórcio nas questões de publicidade e também atualiza o site da organização. Devido a este suporte, o Consórcio possui amplo material institucional, como uniforme, camisetas, adesivos, pastas, banners, etc.

O Consórcio inspirou dois outros consórcios intermunicipais entre alguns associados da AMAUC. Um trata da questão da saúde, dado que muitos municípios pequenos não possuem hospital próprio e criaram o Consórcio Intermunicipal de Saúde, CIS – AMAUC. Outros municípios se uniram para viabilizar outro Consórcio a fim de melhorar a infra-estrutura rodoviária para sua micro-região (este denomina-se Integrar). Ambos os Consórcios não possuem funcionários em tempo

integral e atuam burocraticamente através da estrutura da AMAUC.

Esse auxílio estrutural provindo da AMAUC fornece ao Consórcio Lambari um pano de fundo para apoio que engrandece o Consórcio como um todo. A independência em relação ao poder público e sua capacidade de lidar com situações de risco, ilustradas a partir do caso Ipira (Anexo 5), se devem a uma maturidade adquirida através da forte parceria com a AMAUC, uma organização já consolidada e reconhecida regionalmente. No entanto, questiona-se até que ponto é necessário a separação formal entre Consórcio e Associação, uma vez que esta teria total capacidade de lidar com as atividades ambientais.

Análise Comparativa

A partir dos relatos das duas experiências é possível estabelecer uma análise comparativa sobre dois consórcios inspirados em um mesmo modelo com resultados bastante divergentes. Enquanto o Consórcio Lambari se mantém bastante ativo o Consórcio Quiriri está em um momento de baixa produtividade. Por quê ocorreram tais diferenças?

Percebeu-se uma grande diferença no perfil das pessoas que compõe o quadro executivo de cada organização: enquanto em Concórdia se encontram pessoas com maior pró-atividade, em São Bento a mesma situação não é verificada. Por se tratarem de organizações pequenas, as decisões são relativamente centralizadas e a gestão de conhecimento é detida por poucos.

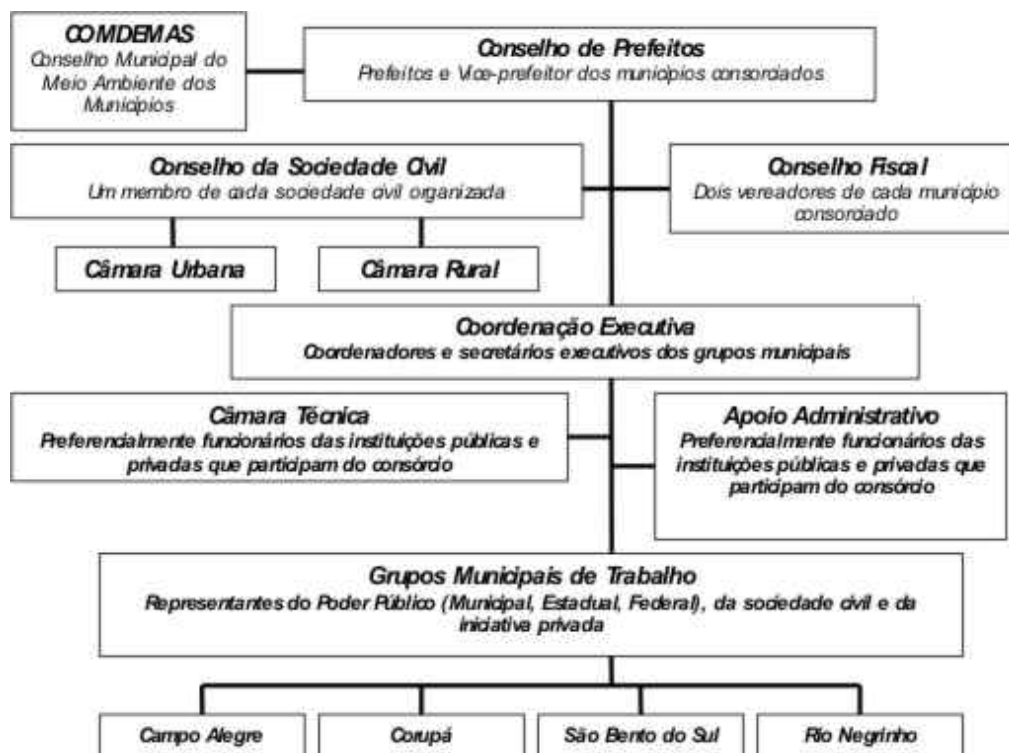
O fator político-partidário que foi determinante para a deteriorização do Quiriri, não chegou a influenciar o Consórcio Lambari. Esta proteção em relação ao ambiente político que ocorreu em Concórdia se deve ao fato que os municípios também pertencem à AMAUC, pois esta já possui seu funcionamento consolidado e impede que rivalidades políticas afetem sua atuação. O grande número de municípios integrantes também ameniza o poder de um único prefeito em relação ao destino do Consórcio. Ademais, a pré-existência da AMAUC forneceu ao Consórcio Lambari parte de sua infra-estrutura e de sua credibilidade.

Em termos de estrutura organizacional nota-se uma diferença em relação a forma de contratação dos gestores do Consórcio. Enquanto em Quiriri a coordenadoria executiva pertence ao quadro da Prefeitura de São Bento do Sul, em Lambari eles são funcionários do próprio Consórcio obedecendo ao regime de direito privado. Isto traz como consequência uma maior flexibilidade em relação a colocação de funcionários e torna mais profissional a relação com os municípios, dado que os funcionários são remunerados por todos eles. Além disso, não se verifica na prática a presença de grupos de trabalho municipais no Consórcio de Quiriri, fato este que impede a implementação e regionalização das políticas ambientais.

Por fim, pode-se comparar também a natureza dos projetos de cada Consórcio. Enquanto ambos possuem projetos de grande porte, foi a partir de projetos menores e não prioritários, como o de educação ambiental, que o Consórcio Lambari se consolidou na região e mantém suas atividades de rotina. A dificuldade de implementar os projetos maiores levou o Consórcio Quiriri a estagnação, uma vez que não é verificada uma agenda ambiental complementar a ser perseguida.

Anexos

Anexo 1: Organograma do Consórcio Quiriri



(fonte: www.quiriri.com.br)

Anexo 2: Reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Bento do Sul

O Plano Diretor da cidade é dividido em câmaras técnicas e setoriais, e o Consórcio é responsável pela câmara do meio ambiente. A câmara é somente consultiva e não deliberativa e presta contas ao conselho da cidade, que é deliberativo. O conselho da cidade, por exemplo, é responsável por fiscalizar o Plano Diretor.

O Consórcio e Secretaria do Meio Ambiente escolheram áreas de interesse ambiental que são no centro da cidade (São Bento do Sul). Porém a área pertence a um empresário (Carlos Zipperer) que quer lotear o terreno. Anteriormente houve uma discussão para que a prefeitura comprasse o terreno e transformasse-o em um parque.

Esta era a intenção de Magno Bollmann, que foi assessor do meio ambiente durante 12 anos, porém mudou-se a gestão, e a negociação não foi adiante. Assim, Seu Carlito apresentou em 17/10/2007 um projeto para dividir o terreno em pequenos lotes, mas como o Plano Diretor se tornou lei a partir do dia 10/10/2007, o projeto foi rejeitado. Agora ele propôs um segundo projeto, com menor impacto ambiental, que seriam lotes de 3000m² para um condomínio residencial.

Na noite do dia 7 de julho de 2008 a câmara técnica de meio ambiente se reuniu para discutir sobre esta área em controvérsia. Esta câmara é um órgão consultivo, coordenado pelo Consórcio Quiriri, que dará um parecer para o

Conselho da Cidade (Concidade) que tomará a decisão final. A reunião se iniciou com o proprietário majoritário do terreno, Carlos Zipperer, apresentando seu segundo projeto de loteamento. Primeiramente, Zipperer alegou se sentir injustiçado pois não teria sido informado sobre a discussão acerca de seu terreno (apesar do Plano Diretor ter sido objeto de consulta em Audiência Pública) além de que outras áreas verdes em torno do terreno dele não terem sido julgadas como áreas de relevante interesse ambiental. Ademais o empresário paga IPTU mensalmente, pois a área se encontra em meio urbano e também sofre pressão imobiliária, havendo invasões e despejando-se lixo urbano no local.

O novo projeto de loteamento prevê a conservação de 73% da área verde, sendo preservadas as áreas em torno dos rios, minimizadas as ruas, não havendo muros entre as propriedades e o imóvel não podendo ultrapassar uma área de 450m². O modelo é inspirado em condomínios de alto de luxo em Gramado. Afim de que isso seja cumprido, poder-se-á colocar a área verde na matrícula do imóvel.

Os representantes do poder público local não apresentaram solução alternativa viável para o problema, já que a prefeitura não possui verba para indenizar o proprietário. Uma hipótese levantada foi que a prefeitura trocava esta área por outra em sua posse como parte da indenização; outra idéia é que fosse paga uma compensação pelo proprietário ao município pela violação do Plano Diretor. Não se chegou a uma conclusão definitiva, assim sendo postergado o parecer da câmara para uma próxima reunião. Do ponto de vista da Secretaria de Meio Ambiente, o problema em permitir o loteamento do terreno é que abre precedentes para exceções no Plano Diretor, invalidando o mesmo.

Anexo 3: Reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio Negrinho

No dia 10/07/08 o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Rio Negrinho (COMDEMA) se reuniu com a promotoria do meio ambiente para discutir a questão das Áreas de Proteção Permanente (APPs) urbanas. Aqui se trata das áreas, em território urbano, que estão em situação irregular perante a legislação ambiental, como por exemplo casas próximas demais aos rios, ou em áreas em declive. Para tanto, o promotor sugeriu implantar um Plano de Operação Urbana Consorciado. Neste, primeiramente, definir-se-ia a área a ser atingida, e a forma de ocupação permitida. Em um segundo momento precisaria-se estudar o impacto gerado na vizinhança.

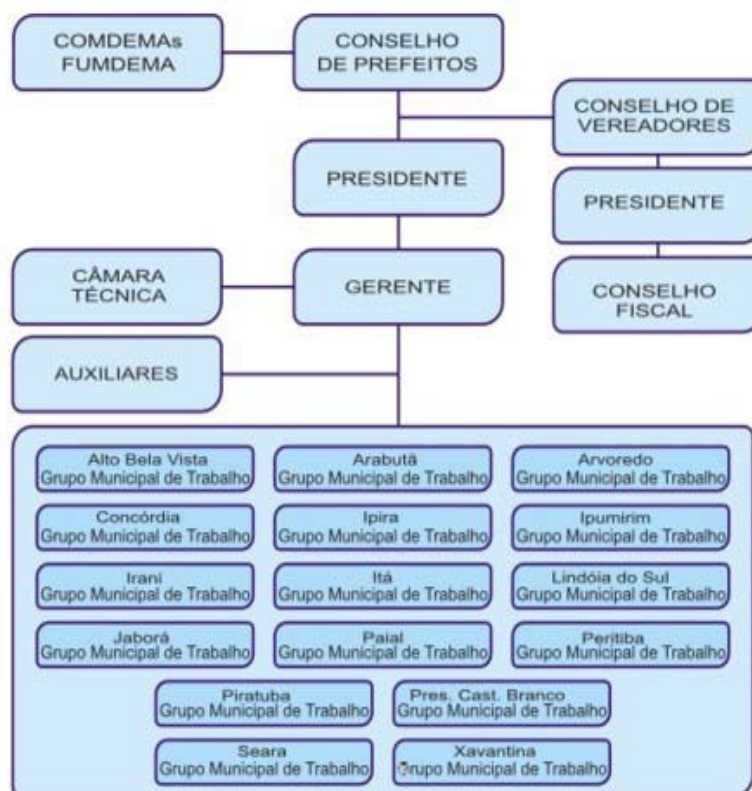
Em consequência haveria um programa de atendimento social-econômico para a população afetada por esta operação, dado que a operação poderá envolver a retirada de famílias e imóveis dos locais afetados. A finalidade da Operação Urbana Consorciada é a proteção dos recursos hídricos e a regularização da situação legal dos imóveis localizados nas APPs urbanas.

No conselho se discutiu que já havia um programa similar do Ministério Público iniciado pelo promotor anterior, o Programa Água Limpa. Neste, se objetivava a recuperação da qualidade dos mananciais, e se iniciou o projeto na bacia hidrográfica do Rio Serrinha, também localizado em Rio Negrinho. Porém, com a mudança da promotoria este projeto perdeu a força.

Assim, a idéia de alguns integrantes do Conselho seria retomar o Programa Água Limpa no Rio Serrinha como projeto piloto da operação urbana consorciada. Além disso, alguns se preocupam com o zoneamento por faixas, determinando métricas fixas para área de proteção permanente, pois, como ocorrem inundações em Rio Negrinho, seria mais sensato realizar um zoneamento por bacia hidrográfica, considerando-se o relevo.

Este exigiria um estudo muito maior, e também estaria sujeito à questionamentos dos moradores uma vez que cada terreno estaria submetido à espaços de proteção variáveis. O COMDEMA continuará discutindo o problema para que ele seja amadurecido e levado para o Conselho da Cidade.

Anexo 4: Organograma Consórcio Lambari



(fonte: www.consorciolambari.com.br)

Anexo 5: Caso Ipira

Em Ipira, busca-se construir um parque municipal para aproveitar o turismo da cidade vizinha, Piratuba. Para tanto, a prefeitura adquiriu verba através do Ministério de Turismo para a construção do mesmo. Porém, ainda não haviam elaborado o projeto do parque e nem o licenciamento ambiental para tanto. Assim, a prefeitura rapidamente esboçou um projeto e um relatório de impacto ambiental e buscou que o Consórcio desse a aprovação ao relatório deles, dado que o Consórcio possui uma boa relação com a FATMA, o órgão de licenciamento que precisa aprovar o projeto. Entretanto, o relatório não era uma avaliação de impacto ambiental e também, deliberadamente, omitia danos ambientais causados pelo projeto. Dessa forma, o Consórcio se negou a assinar o projeto e também a fazer a avaliação de impacto que a prefeitura pediu. Agora, a prefeitura contratou outra equipe para fazer a avaliação e aguarda-se o resultado. Após este episódio, o Consórcio, que tinha considerado se equipar para prestar o serviço de avaliação de impacto ambiental para os projetos dos municípios consorciados, desistiu da idéia devido à pressão política que poderia sofrer para avaliar positivamente os projetos.